

TERMO DE REFERÊNCIA 004/2026/SEMAGRI

(Art. 6º, Inciso XXIII da Lei 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Em atendimento ao Art. 1º; Art. 2º Inciso II, Art 6º inciso XXIII e Art. 11º da Lei 14.133/21, o presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a aquisição de material permanente (implementos e equipamentos agrícolas), para atender as necessidades de segurança da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, doravante denominado de CONTRATANTE, na execução de suas atividades, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos.

1.2. A aquisição será procedida por licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, fundamentado no Art. 6º Inciso XLI, Art. 17º §2 e Art. 176 da Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos; na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

1.3. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório justifica-se pela maior rapidez em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração, pela probabilidade que têm os licitantes de reduzir preços durante a disputa licitatória.

1.4. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que perfeitamente exequíveis e observadas especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

2. ÓRGÃO SOLICITANTE:

2.1. SEMAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea j, Art. 92º, Inciso VIII da Lei 14.133/2021):

3.1. As despesas com a futura aquisição de materiais permanentes ocorrerão por conta do orçamento:

Órgão: 19 – Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade orçamentária: 19.001 – Secretaria Municipal de Agricultura

Função: 20 – Agricultura



Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 2316

Projeto/atividade: 2316 – Apoio ao Setor de Agricultura

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Reduzido : 3356 - Equipamentos e Material Permanente

Desdobramento: 40 – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

Fonte de recurso: 17010000 – Emenda Parlamentar – Governo do Estado de Rondônia

Fonte de recurso: 15000000 – Contrapartida do município

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea a, Art. 92º, Inciso I da Lei 14.133/2021).

4.1. A Secretaria Municipal de Agricultura identifica a necessidade de aquisição de equipamentos e implementos agrícolas com o objetivo de fortalecer sua capacidade operacional e atender, de forma eficiente e contínua, à crescente demanda dos produtores rurais do Município, especialmente aqueles contemplados por políticas públicas de apoio, como o Programa Porteira Adentro, instituído pela Lei Municipal nº 6.415/2024.

5. DA JUSTIFICATIVA

5.1. A aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, conforme Plano de Trabalho (ID 1517537), justifica-se pela necessidade de fortalecer a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Agricultura, diante da crescente demanda dos produtores rurais do Município, especialmente aqueles atendidos por programas institucionais, como o Programa Porteira Adentro, instituído pela Lei Municipal nº 6.415/2024.

5.2. Atualmente, a limitação e o desgaste dos equipamentos disponíveis comprometem a eficiência, a qualidade e a tempestividade na prestação dos serviços, dificultando o atendimento adequado às demandas relacionadas ao preparo de solo, manejo de pastagens, produção de silagem, recuperação de áreas produtivas e demais atividades essenciais ao desenvolvimento rural.

5.3. A aquisição pretendida possibilitará a ampliação e modernização da estrutura operacional da Secretaria, proporcionando maior agilidade na execução dos serviços, redução de custos com manutenção corretiva e contratações emergenciais, além de promover maior economicidade e eficiência administrativa.

5.4. Ressalta-se que a presente contratação será viabilizada por meio de recursos oriundos do Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO, conforme Termo de Convênio nº 659/2025, o que reforça a importância da correta aplicação dos recursos públicos em benefício direto da população rural.

5.5. Ademais, a iniciativa contribuirá significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar, aumento da produtividade, melhoria das condições de trabalho no campo e incentivo à permanência do produtor rural em sua atividade, gerando impactos positivos na economia local e no desenvolvimento sustentável do



Município.

5.6. Dessa forma, a aquisição atende ao interesse público, estando alinhada às políticas públicas de fomento ao setor agropecuário e ao desenvolvimento rural sustentável.

5.7. Objetivos:

- Ampliar a capacidade de atendimento da SEMAGRI junto aos pequenos produtores rurais, possibilitando maior alcance das ações desenvolvidas no meio rural;
- Proporcionar melhores condições para execução de serviços essenciais, tais como preparo de solo, manejo de pastagens, recuperação de áreas produtivas e apoio à produção agrícola;
- Reduzir o tempo de resposta às demandas dos produtores rurais, conferindo maior eficiência e tempestividade aos serviços prestados;
- Minimizar custos operacionais com manutenção corretiva e contratações emergenciais, por meio da renovação e modernização do parque de máquinas e implementos;
- Assegurar maior qualidade na execução dos serviços agrícolas ofertados pela SEMAGRI;
- Fortalecer as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, com foco no atendimento aos beneficiários do Programa Porteira Adentro;
- Contribuir para o aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho no campo, beneficiando diretamente os agricultores familiares e pequenos produtores rurais;
- Garantir a continuidade e a regularidade dos serviços prestados pela Secretaria, evitando interrupções decorrentes da insuficiência ou obsolescência dos equipamentos disponíveis.

5.8. Beneficiários:

- Os beneficiários são pequenos produtores rurais, proprietários de imóveis rurais com até 100 hectares, que serão atendidos pelos programas da Secretaria Municipal de Agricultura.

6. ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 40º da Lei 14.133/2021):

6.1. A quantidade foi estimada com base no levantamento da demanda existente no âmbito desta Secretaria, considerando a necessidade de atendimento integral das demandas oriundas dos produtores rurais do município, especialmente aquelas vinculadas ao Programa Porteira Adentro e demais ações institucionais. A definição dos quantitativos buscou assegurar a ampliação e a continuidade dos serviços



prestados na zona rural, de forma eficiente e tempestiva. Ressalta-se, ainda, que a estimativa considerou os recursos pleiteados provenientes do Termo de Convênio junto à Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI/RO, nº 659/2025, devidamente previstos no orçamento, bem como os resultados de cotações prévias de preços realizadas junto ao mercado, cujos documentos encontram-se anexados aos autos.

6.2. A quantidade e especificações do equipamento encontram-se descritas no **item 7.1** deste Instrumento.

7. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea i da Lei 14.133/2021):

7.1. Os valores do equipamentos e implementos estão baseados em uma pesquisa de preços realizada pela SEMAGRI, através de 3 cotações, haja vista a especificidade do objeto, em que fora realizado o valor médio entre as pesquisas realizadas, levando em consideração somente o valor unitário cotado pelas empresas, conforme Quadro Comparativo Anexo I deste Instrumento, sendo:

Anexo I:

Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor Unitário	Preço Total
01	Carreta metálica basculante hidráulica de no mínimo 01 eixo: rodado duplo com 4 rodas aro 16"(6 furos). Capacidade mínima de 4 toneladas. Volume mínimo de cubagem 4,15m³. Dimensões da carroceria externa (CxLxA) 3,26m (comprimento) x 1,85m (largura) x 0,80m (altura). Dimensões totais de 4,60m (comprimento) x 1,85m (largura) x 2,15m (altura). Espessura mínima das chapas da carroceria, laterais: 2,0mm e assoalho (fundo): 3,0mm. Garantia mínima de fábrica de um ano de assistência técnica no estado de Rondônia, com manual de garantia de instrução em português.	Un.	03	R\$ 37.333,33	R\$ 112.000,00
02	COLHEDORA DE FORRAGENS (ENSILADEIRA): de no mínimo uma linha para diversas culturas, acionamento por trator, equipado com transmissão por coroa e pinhão com caixa blindada, mínimo de 04 rolos internos sendo 02 rolos recolhadora, 01 liso e 01 móvel, rotor regulável mínima com 12 facas em perfil "C", engrenagens com regulagem de tamanho de corte mínimo com 24 tamanhos de picado de 02 a 36mm, afiador com pedra regular, contra faca do rotor fixa com duas vidas, bica de saída em polietileno cross link com proteção interna, pé de apoio, cardam por acionamento, carenagem, pistão de giro na bicam quebra jato com alavanca de comando manual do quebra jato (versão semi hidráulica), transmissão por caixa e cardam, eixo do rotor direto na caixa, perfeitamente adequado a normas de segurança, rotação requerida da TDP de 50 a 80cv. Garantia mínima de fábrica de um ano de assistência técnica no estado de Rondônia, com manual de garantia de instrução em português.	Un.	03	R\$ 55.300,00	R\$ 165.900,00

03	Grade Niveladora com as seguintes características e componentes mínimos: Grade Niveladora com no mínimo 28 (vinte e oito) discos de 20 polegadas; com controle remoto; espessura mínima dos discos de 4,5mm; potência do trator: 73 a 79cv; largura mínima de trabalho de 2,350 mm (2,35 metros); mancais a óleo e graxa; com pneus novos; engate em pino de acoplamento reforçados, regulagem no cambão e cabeçalho; mangueiras com engate rápido. Garantia mínima de fábrica de um ano de assistência técnica no estado de Rondônia, com manual de garantia de instrução em português.	Un.	01	R\$ 40.166,66	R\$ 40.166,66
04	Roçadeira Hidráulica Central Para Trator, com as seguintes características e componentes mínimos: com no mínimo 2 facas; com Cardan; roda guia regulagem de altura; lâminas de aço; largura mínima de corte 1,8 metros, altura mínima de corte: 40 a 130 mm; largura mínima total de 2,00 metros; comprimento mínimo total de 2,00 metros; peso Aproximado 420Kg, Rotação Do Cardan 540 Rpm. Garantia mínima de fábrica de um ano de assistência técnica no estado de Rondônia, com manual de garantia de instrução em português.	Un.	03	R\$ 19.166,66	R\$ 57.500,00
05	Distribuidor de calcário; estrutura altamente reforçada; com capacidade mínima de 3 toneladas; transmissão por correia; acionamento por cardan; potência mínima de 65-80cv; volume útil mínimo de 1,8m³; peso mínimo de 1.060kg; rotação da TDP 540rpm; largura do equipamento mínimo de 1,830mm; altura do equipamento mínimo de 1.705mm. Garantia mínima de fábrica de um ano de assistência técnica no estado de Rondônia, com manual de garantia de instrução em português.	Un.	01	R\$ 44.166,66	R\$ 44.166,66

7.2. Valor previsto para a aquisição de todos os itens é de R\$ 419.733,32 (quatrocentos e dezenove reais, setecentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos).

7.3. Cotações de preços realizadas em Novembro de 2025, conforme planilha anexa aos autos.

7.4. Cotações:

Item	Descrição	Unid.	Quant	ORÇAME NT O 01 - VALOR UNITARIO	ORÇAME NT O 02 - VALOR UNITARIO	ORÇAME NT O 03 - VALOR UNITARIO	Média Preço Unitário	Média Preço Total
1	CARRETA METALICA BASCULANTE	Un.	03	R\$ 135.000,00	R\$ 105.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 112.000,00	R\$ 112.000,00
2	COLHEDORA DE FORRAGENS	Un.	03	R\$ 195.000,00	R\$ 153.000,00	R\$ 149.700,00	R\$ 165.900,00	R\$ 165.900,00
3	GRADE NIVELADORA	Un.	01	R\$ 45.000,00	R\$ 39.000,00	R\$ 36.500,00	R\$ 40.166,66	R\$ 40.166,66
4	ROÇADEIRA HIDRÁULICA CENTRAL	Un.	03	R\$ 69.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 49.500,00	R\$ 57.500,00	R\$ 57.500,00



5	DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO	Un.	01	R\$ 58.000,00	R\$ 39.500,00	R\$ 35.000,00	R\$ 44.166,66	R\$ 44.166,66
---	------------------------------	-----	----	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

7.5. A não aplicação da cota reservada prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 decorre da necessidade de padronização dos equipamentos, compatibilidade operacional, uniformidade da manutenção preventiva e corretiva, bem como da preservação da economia de escala, cuja divisão poderá ocasionar prejuízo ao conjunto da contratação e à eficiência administrativa.

8. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea e; Art. 40º §1º Inciso II e Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

8.1. As entregas dos implementos e equipamentos serão feitas integralmente, e ocorrerá somente após a emissão da Nota de Empenho, em até 90 (noventa) dias, após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato.

8.2. Os equipamentos e implementos deverão ser entregues em horário comercial, nas dependências da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, localizada no endereço avenida Jô Sato nº 1983, bairro: Setor Industrial Novo Tempo, neste Município de Vilhena / RO.

8.3. Após a entrega no endereço indicado no item acima, o almoxarifado será comunicado para que possa vir realizar o tombamento dos implementos e equipamentos, e realizar todas as devidas providências. A entrega será feita na SEMAGRI, tendo em vista ter amplo espaço para receber o maquinários e ser o local adequado para guarda dos veículos.

8.4. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega, instalação do objeto, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação do equipamento até as dependências da SEMAGRI é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não sendo a SEMAGRI ou a Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

8.5. Deverá estar incluído na cotação/orçamento a Garantia de 12 meses por defeito de fábrica;

8.6. O prazo de garantia dos equipamentos não poderá ser inferior a 12 meses, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

9.1. Não será recebido o equipamento com marca diversa da apresentada na proposta ou divergente das especificações de cada maquinário prevista no ETP e neste TERMO.

9.2. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o equipamento entregue deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao equipamento encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto de licitação/pregão eletrônico definitivamente recebido e aceito.



9.3. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do equipamento fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

9.4. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

10. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

10.1. Deverá ser obrigatoriamente elaborado contrato, haja vista a exigência de garantia mínima e por se tratar de recurso estadual destinado à aquisição dos objetos, devendo ser observado o Termo de Convênio nº 659/2025. Informa-se que será nomeado como gestor do contrato o servidor **Maciel Corrêa de Oliveira**, que ficará responsável pelo acompanhamento, fiscalização e demais atribuições previstas na legislação vigente.

10.2. Este Termo de Referência e seus anexos estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do vencedor e termo de convênio nº 659/2025.

10.3. Deverá ser obrigatoriamente elaborado contrato, haja vista a exigência de garantia mínima e por se tratar de recurso estadual destinado à aquisição dos objetos, devendo ser observado o Termo de Convênio nº 659/2025, devendo constar expressamente que a vigência contratual abrangerá, além da entrega dos equipamentos e da realização dos respectivos pagamentos, também todo o período de garantia mínima de 12 (doze) meses.

10.4. O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput).

10.5. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119º).

10.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120º).

10.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput).

10.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas,



fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º).

10.9. Será designado pelo gestor da pasta, através de portaria, o fiscal para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, conforme preceitua a lei 14.133/2021.

10.10. Vejamos algumas das prescrições da Lei 14.133/2021 sobre fiscais de contratos:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11. DA GARANTIA (Art. 40º §1º Inciso III; Art. 92º Incisos XII e XIII da Lei 14.133/2021):

11.1. A vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade da Associação Sileira de Normas Técnicas – ABNT, tanto do objeto quanto na instalação do mesmo, regidas pelo órgão responsável em cada item especificado neste Termo de Referência, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para esta secretaria, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

11.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato ou seu equivalente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado.

11.3. O equipamento deverá ter a garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

11.4. Todo equipamento que apresentar defeito de fabricação deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data da notificação a ser



emitida pela CONTRATANTE.

11.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Arts. 96º e seguintes da Lei nº 14.133/21, pela razão de tratar-se de fornecimento total e de pronta entrega.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

12.1. Fornecer o equipamento conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

12.2. Entregar o equipamento contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

12.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo Máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

12.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega e da instalação do objeto licitado, inclusive frete.

12.5. Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação do equipamento até as dependências do depósito do Almoxarifado Central, não sendo a SEMAGRI responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

12.6. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.

12.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124º, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021.

12.8. Garantir a qualidade do equipamento entregue, bem como substituir qualquer equipamento que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste Termo.

12.9. A empresa vencedora deverá prestar assistência técnica autorizada no Município de Vilhena – RO, ou indicar assistência técnica especializada no âmbito do Estado de Rondônia, em um prazo de até 72 horas após solicitação, sendo que durante a vigência da garantia não haverá ônus para o Município;

12.10. Encaminhar ao e-mail: semagri@vilhena.ro.gov.br cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), Certidões de Regularidade Fiscal, Estadual e Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



12.11. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a SEMAGRI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

12.12. Comparecer para assinatura do contrato administrativo, bem como aceitar e retirar a Nota de Empenho, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da convocação pela Administração, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

12.13. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato ou seu equivalente e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato ou seu equivalente.

12.14. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas (Art. 92º, Inciso XVI da Lei 14.133/21).

12.15. Os implementos e equipamentos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, das ferramentas e equipamento de segurança de série e relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.16. A responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos a empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto.

12.17. As máquinas pesadas devem apresentar rotulagem conforme legislação: registro no órgão competente, data de fabricação e validade, de acordo com a legislação vigente.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

13.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o maquinário dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.3. Emitir a Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

a. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.



b. Conferir se o maquinário recebido e a nota fiscal se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

c. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

d. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

e. Notificar, por escrito, à CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, às penalidades previstas neste Termo de Referência.

f. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

g. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de Referência.

13.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 92º Inciso V e Capítulo X – Dos Pagamentos da Lei 14.133/21):

14.1. O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a entrega do equipamento, através de transferência bancária em conta corrente (Art. 142º da Lei 14.133/21), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo Diretor Geral e pelo Gerente de Almoxarifado, conforme conferência pelo Controle Interno.

14.2. A nota fiscal deverá conter a descrição do objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estar em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no Art. 68º da Lei 14.133/21.

14.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

a. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a



liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

b. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do equipamento, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

c. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

d. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15 – DO REAJUSTE CONTRATUAL:

15.1 O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

15.2 Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

15.3 O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

16. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

16.1. Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

16.2. Se o equipamento entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

16.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$$I = (6\%/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

16.4. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.



16.5. Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

16.6. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

16.7. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (Art. 145º da lei 14.133/21).

17. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

17.1. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023:

T. 2º Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na te, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

18. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

a. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, conforme discriminado no item 1.2 deste Termo de Referência.

b. A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário) e por lote (soma dos valores totais de todos os itens), que deverão ser compatíveis com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

c. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste Termo e seus Anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste Termo de Referência.

19. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021):

19.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, que atendam a todas as exigências



constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e em seus anexos, e que estejam devidamente habilitados.

19.2. Para fins de habilitação, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Habilitação Jurídica (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com suas alterações ou consolidação;
- III. Documento de eleição dos administradores, quando aplicável;
- IV. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- V. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver;
- III. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União);
- IV. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- V. Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal;
- VI. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- VII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) Qualificação Técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da presente contratação;
- II. Comprovação de disponibilidade de assistência técnica autorizada, conforme exigido neste instrumento;
- III. Declaração de que os produtos atendem às normas técnicas aplicáveis (INMETRO, ABNT, MAPA e demais pertinentes).

d) Qualificação Econômico-Financeira (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- I. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- II. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- III. Índices contábeis, quando exigidos no edital.

e) Declarações Complementares:

- I. Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz);
- II. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;



III. Declaração de inexistência de fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV. Demais declarações exigidas no instrumento convocatório.

19.3. O não cumprimento das exigências e prazos estabelecidos neste instrumento e em seus anexos poderá acarretar a inabilitação ou desclassificação do licitante, conforme o caso.

20. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021):

20.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

20.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

20.3. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;

b) Impedidas de participar de licitações ou de contratar, quando a penalidade foi aplicada por órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;

d) Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do Art. 46 da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;

e) Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14º da Lei 14.133/2021;

f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara);

h) Estrangeiras que não funcionem no País;

i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

20.4. Nos termos do Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada



a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a)** Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b)** de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

20.5. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro u (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

21. PENALIDADES (Art. 92º Inciso XIV;Arts. 155º ao 163º da Lei 14.133/2021):

d. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155ºLei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- I.** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- II.** Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI.** Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/pregão eletrônico ou execução do contrato ou seu equivalente;
Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- IX.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XI.** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

b) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156ºLei nº 14.133/2021):

- I.** Advertência;
- II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave(Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21);
- III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 18.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave(Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21);



IV. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado bre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias(Art. 156º, §3º; Art. 162º Lei 14.133/21);

V. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial(Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21).

c) Na aplicação das sanções serão considerados(Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21):

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

IV. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

V. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

d) A sanção prevista na Alínea a do item 18.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do item 18.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave(Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21).

e) A sanção estabelecida na Alínea c do item 18.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral(Art. 156º, §6º da Lei 14.133/21).

f) As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 18.2 deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "d" e "e" do mesmo subitem 18.2 deste Instrumento (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21).

g) O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente(Art. 156º, §8º da lei 14.133/21).

i) Na aplicação da sanção prevista nas Alíneas "d" e "e" do item 17.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157º da lei 14.133/21).

j) A aplicação das sanções previstas no item 18.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública(Art. 156º, §9º da lei 14.133/21).

21.1. A aplicação das sanções previstas nas Alíneas "b" e "c" do item 18.2 deste instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021).

22. INFORMAÇÕES GERAIS:



a) Este **Termo de Referência** tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos); Decreto de nº 11.871/2023; Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

a. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citadas no

a. Item 19.1 deste Instrumento e demais normas aplicáveis.

b. Mais informações poderão ser adquiridas na sede do SEMAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura, situada na Avenida Jô Sato, nº 1983, Bairro: Parque Industrial novo tempo, CEP: 76.982-131, Vilhena/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h às 13h.

c. O presente Termo de Referência foi elaborado por Milena Fuzari de Holanda, Agente Administrativa, matrícula 17.445, e aprovado por Gilvaneo da Veiga, Secretario Municipal de Agricultura, decreto nº 62.148/2024.

23. DO FORO:

23.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 12 de maio de 2026.

Elaborado por:

Milena Fuzari de Holanda
Agente Administrativa
Matrícula nº 17.445



Assinado por:
MUNICIPIO DE VILHENA
Milena Fuzari

12/05/2026 12:52:00

https://vilhena.oxxy.alextech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=69417e8d-22ca-482d-b1ed-c9fe7c77c39f



Assinado por:
MUNICIPIO DE VILHENA
GILVANE DA VEIGA



12/05/2026 13:19:07

https://vilhena.oxxy.alextech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=69417e8d-22ca-482d-b1ed-c9fe7c77c39f

Aprovado por:

Gilvaneo da Veiga
Secretário Municipal de Agricultura
Decreto nº 62.148/2024
(assinado eletronicamente)

